

Ano XX nº 5799 – 25 abril de 2018**PL que autoriza a abertura dos bancos aos sábados é retirado da pauta**

O Projeto de Lei do Senado 203/2017, de autoria do senador Roberto Muniz (PP), que autoriza a abertura dos bancos aos sábados, foi retirado da pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, terça-feira 24/04.

De acordo com Jeferson Meira, secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, o projeto queria revogar uma lei conquistada pelos trabalhadores em 1962. “A jornada de trabalho de seis horas e o descanso semanal remunerado aos sábados e domingos é uma conquista da categoria bancária. O movimento sindical sempre foi a favor da abertura em horário estendido, durante a semana, das 9h às 17h, desde que em dois turnos, e aliado a contratações, o que não é o que está acontecendo devido ao avanço digital”, explicou. Jeferson disse ainda que o projeto impacta diretamente na segurança dos bancários, clientes e usuários.

Para evitar a retirada de mais essa conquista da categoria, a Contraf-CUT visitou o gabinete do senador Oto Alencar (PSD), relator do projeto, dia 23/04, para debater sobre a proposta. Após conversa, o parlamentar assumiu o compromisso de retirar de pauta o projeto.

O movimento sindical enviou um requerimento para a realização de uma audiência pública para que a proposta seja discutida com a população.

**Bancos cortam 2.226 vagas no 1º trimestre**

O setor bancário, o mais lucrativo do país no ano passado obteve lucro líquido de R\$ 77 bilhões, sendo 33,5% a mais em relação a 2016. Somente com a receita total de prestação de serviços e tarifas cobradas dos clientes, esses bancos obtiveram R\$ 126,423 bilhões (10,1% a mais em relação a 2016). O valor cobre toda a folha salarial dessas empresas e ainda sobram R\$ 28 bilhões. Mesmo assim, os bancos não contribuem com a economia nacional, pelo contrário, ajudam a elevar a taxa de desempregados. No primeiro trimestre de 2018, foram fechados 2.226 postos de trabalho, desses, 1.836 somente em março.

A Caixa é o banco com maior número de cortes no período, 1.268. Apenas no mês passado, foram eliminados 1.255 empregos. Resultado da política de desmonte imposta pelo governo Temer.

Os dados também mostram que as contratações se concentram na faixa etária até 29 anos, com a criação de 2.368 empregos. Todas as outras faixas acima dos 30 anos apresentaram saldo negativo, mostra o levantamento. Com os cortes, a sobrecarga e a pressão nas agências crescem, e muitos bancários terminam doentes.

Em 2013 (dado mais recente do INSS), mais de 18 mil funcionários foram afastados, sendo 52,7% por transtornos mentais e doenças do sistema nervoso. Ou seja, de cada 10 bancários doentes, cinco são por depressão.

Governo muda regras dos planos de saúde

Novas medidas sobre os planos de saúde para empregados das estatais, como do Saúde Caixa e Cassi, foram estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, em ofício Circular nº 146/2018. Entre as determinações, a proibição da inclusão de novos dependentes, como filhos e cônjuges. Tem mais. Os novos editais de processos seletivos para o preenchimento de vagas nas empresas públicas não podem contar com a oferta de assistência médica e os acordos coletivos de trabalho, firmados a partir de agora, podem prever o direito ao plano de saúde, desde que não seja detalhado.

O ofício determina ainda a aplicação imediata da resolução CGPAR nº 23/2018, que define diretrizes para o custeio do benefício de assistência à saúde nas empresas públicas. Um dos pontos limita a participação das estatais no custeio do plano de saúde ao menor dos dois valores: 8% do total gasto com a folha de pagamentos ou percentual correspondente à razão entre o valor despendido pela empresa para custeio do plano (apurado em 2017) sobre o valor da folha de pagamento, acrescido de até 10% do resultado desta razão.

As medidas são absurdas e desrespeitam os direitos adquiridos e coloca em risco os planos de saúde de todas as empresas públicas. O cenário é realmente de retrocesso.